



**Gazeta Mercantil - Casa Brasil**

**Debate “A Presença da Indústria de Base no PAC – Geração de Energia”**

## **Energia e Infra-estrutura: Desafios e Oportunidades para o Crescimento do Brasil**

**Claudio J. D. Sales**

**Presidente**

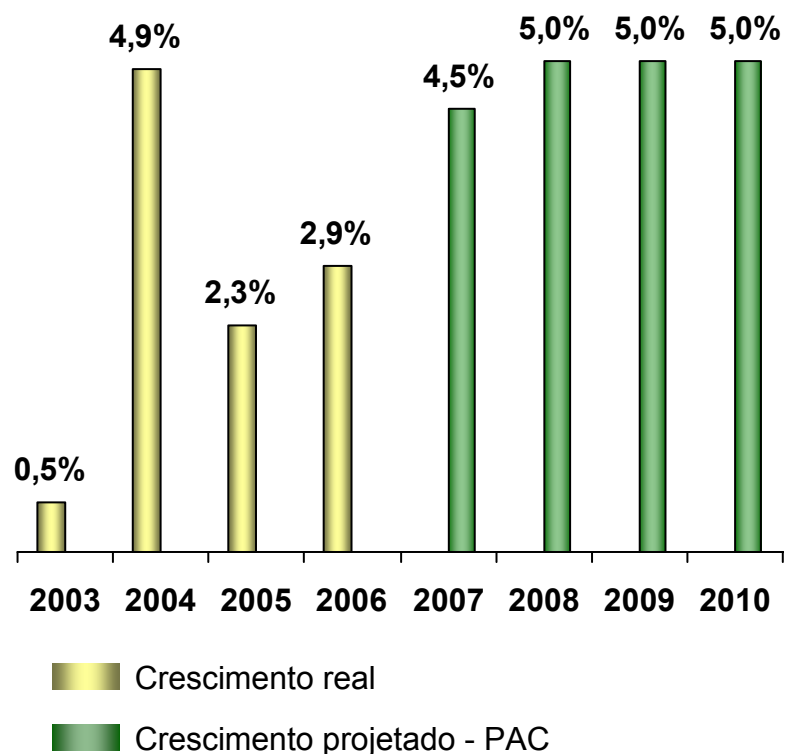
**Instituto Acende Brasil**

**São Paulo, Salão Nobre da FIESP**

**18 de setembro de 2007**

# O crescimento esperado para os próximos anos criará oportunidades nos setores de infra-estrutura

## Taxa de crescimento do PIB (%) <sup>1)</sup>



## Investimentos previstos no PAC (2007-2010)

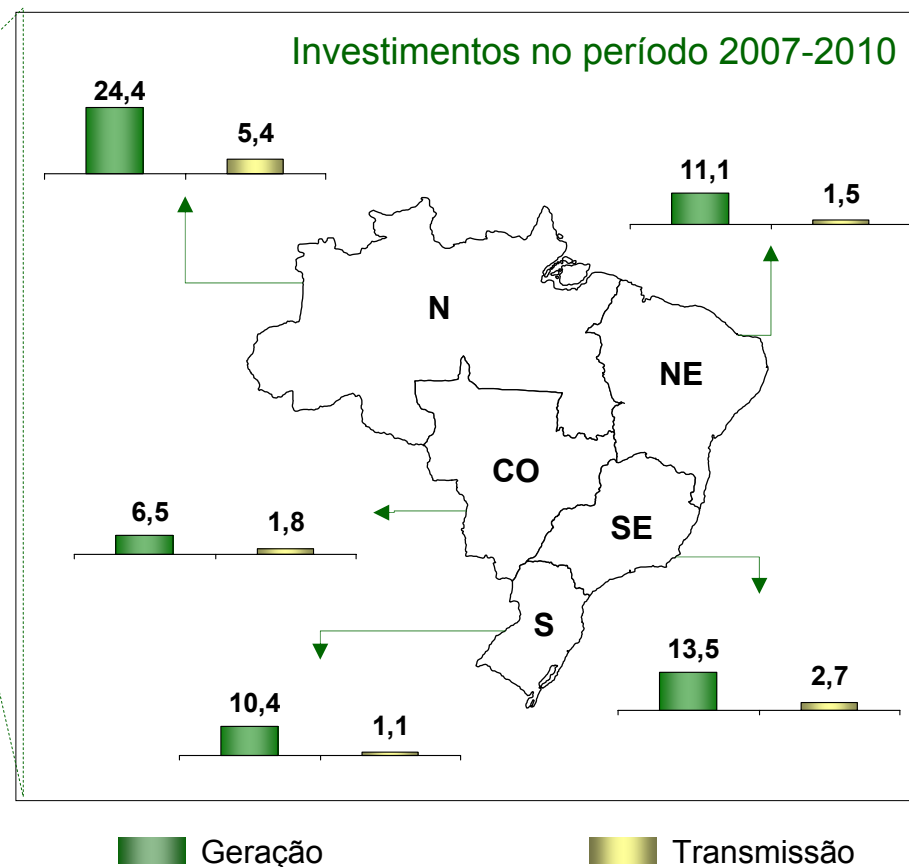
Setor	R\$ bilhões	Objetivos
Petróleo e Gás	179,0	<ul style="list-style-type: none"> <li>Expandir a produção de petróleo em 7% a.a.</li> <li>Dobrar a produção de gás natural</li> </ul>
Habitação	106,3	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atender 4 milhões de famílias</li> </ul>
Energia Elétrica	78,4	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliar a geração em 39,8 GW</li> <li>Expandir a transmissão em 19,1 mil km</li> </ul>
Saneamento	40,0	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atender 7,3 milhões de novos domicílios</li> </ul>
Ferrovias	7,9	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliar a malha ferroviária e 2,5 mil km</li> </ul>

# Somente no setor elétrico, o Programa de Aceleração do Crescimento prevê investimentos de R\$ 78,4 bilhões até 2010

## Investimentos em energia (R\$ bilhões)

Programas	2007-2010	Após 2010
Geração de energia elétrica	65,9	20,7
Transmissão de energia elétrica	12,5	3,4
Petróleo e gás natural	179,0	138,1
Combustíveis renováveis	17,4	27,0
<b>Total</b>	<b>274,8</b>	<b>189,2</b>

## Investimentos no setor elétrico (R\$ bilhões)

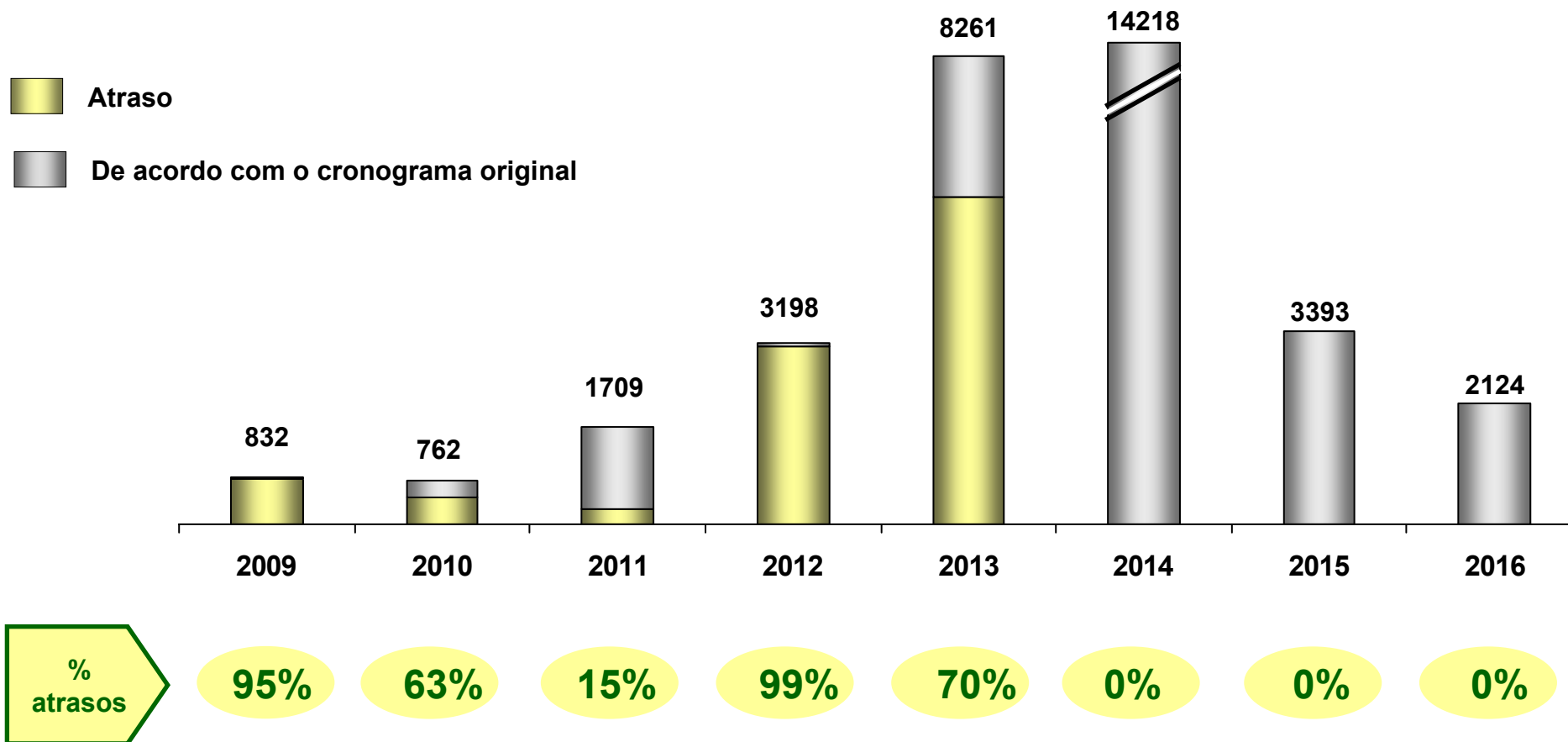


# Segundo especialistas, o setor privado deve responder por mais de 60% dos investimentos em energia elétrica



# Entretanto, a realização dos projetos de energia do PAC não tem ocorrido no ritmo necessário

## Expansão da geração – projetos do PAC (em MW)



# Um alerta: a limitação na oferta de energia eleva o risco de se decretar racionamento acima do nível aceitável

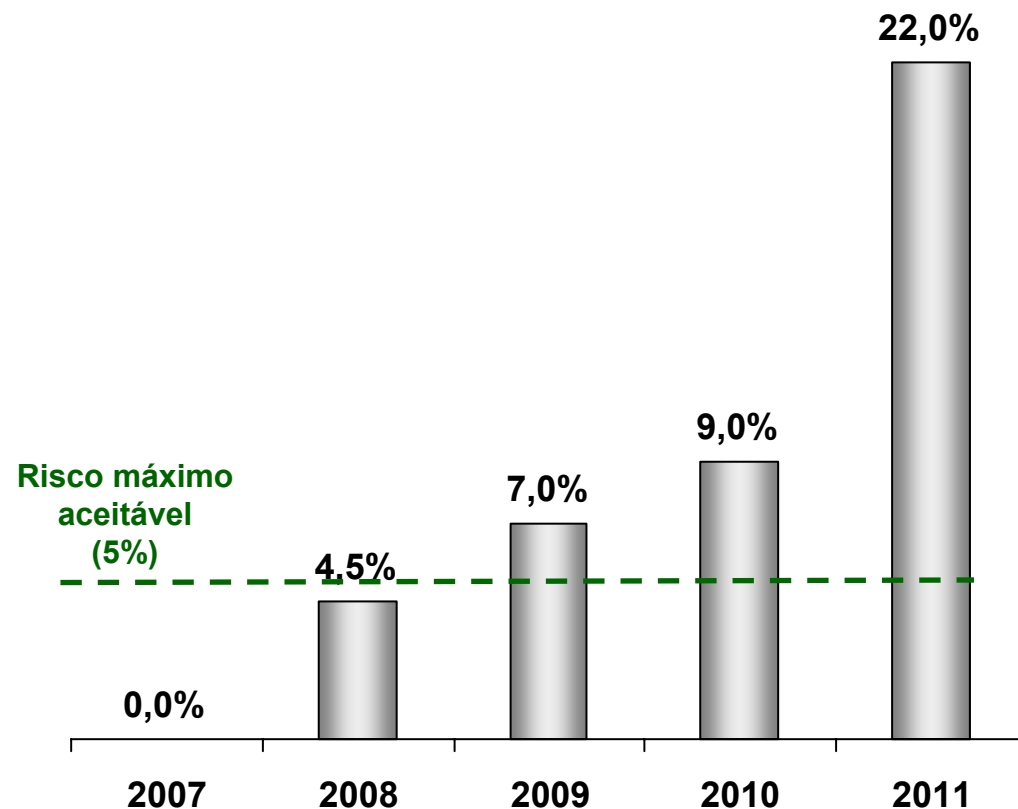
## Risco de decretar racionamento - Sudeste

### Premissa da demanda:

- Crescimento do PIB: 4,8% a.a.
- Crescimento da demanda de energia: 5,3% a.a.

### Premissas de oferta:

- Oferta do PMO de julho de 2007
- Considera o resultado do leilão de energias renováveis
- Considera o efeito do Termo de compromisso entre Petrobras e Aneel
- Considera 100% do Proinfa
- Sem atraso na construção de usinas
- Sucesso dos leilões A-3 de 2007 e 2008



# Para que os investimentos ocorram de forma eficiente, vários desafios devem ser superados

## Desafios para o estabelecimento de um ambiente indutor de investimentos

- **Baixa governança corporativa das estatais**
- **Ineficiência das regras dos leilões de geração**
- **Excessiva carga de tributos e encargos setoriais, sacrificando:**
  - O consumo
  - Os investimento das empresas
  - A competitividade da indústria



- **Ameaça à autonomia das agências reguladoras**
- **Regulação que não premia a eficiência**

- **Arbitragem ideológica de questões ambientais**
- **Morosidade no processo de licenciamento ambiental**

- **Falta de transparência na visão do CMSE**
- **Planejamento confuso e contraditório dentro do próprio governo**

## Dificuldades na esfera ambiental

### Licenciamento Ambiental

- ❑ Atraso na Liberação das Licenças
- ❑ Exigência de Complementação dos Estudos
- ❑ Falta Transparência

### Custos Ambientais

- ❑ Programas Ambientais – aumento da quantidade dos reassentados (povos tradicionais)
- ❑ Compensação Ambiental
- ❑ Compensações Financeiras – pedido das Prefeituras

### Interferências no processo

- ❑ Uso Político do Empreendimento
- ❑ Ações Civas promovidas pelo Ministério Público
- ❑ Invasões de “Movimentos Sociais”

# O tempo de licenciamento ambiental tem sido muito superior aos prazos estabelecidos pelo Ibama/Conama

## Balanco dos prazos de licenciamento ambiental

<b>Etapas</b>	<b>Prazos Estabelecidos</b>	<b>Média Observada</b>
<b>Aprovação do Termo de Referência IBAMA</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ 30 dias – Instrução Normativa 65/2005</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ 1 ano e 1 mês</li></ul>
<b>Aprovação EIA/RIMA</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ 60 dias – aprovação abrangência</li><li>▪ 120 dias – parecer de mérito - IN 65/2005</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ 1 ano e 7 meses</li></ul>
<b>Realização Audiência Pública</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ 45 dias após aprovação EIA</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ 8 meses</li></ul>
<b>Emissão da Licença Prévia</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Até 1 ano - CONAMA nº 237/1997</li><li>▪ Máximo 270 dias - Instrução Normativa 65/2005</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ 3 anos e 3 meses</li></ul>

# Diversas modalidades de compensações ambientais elevam o custo dos empreendimentos

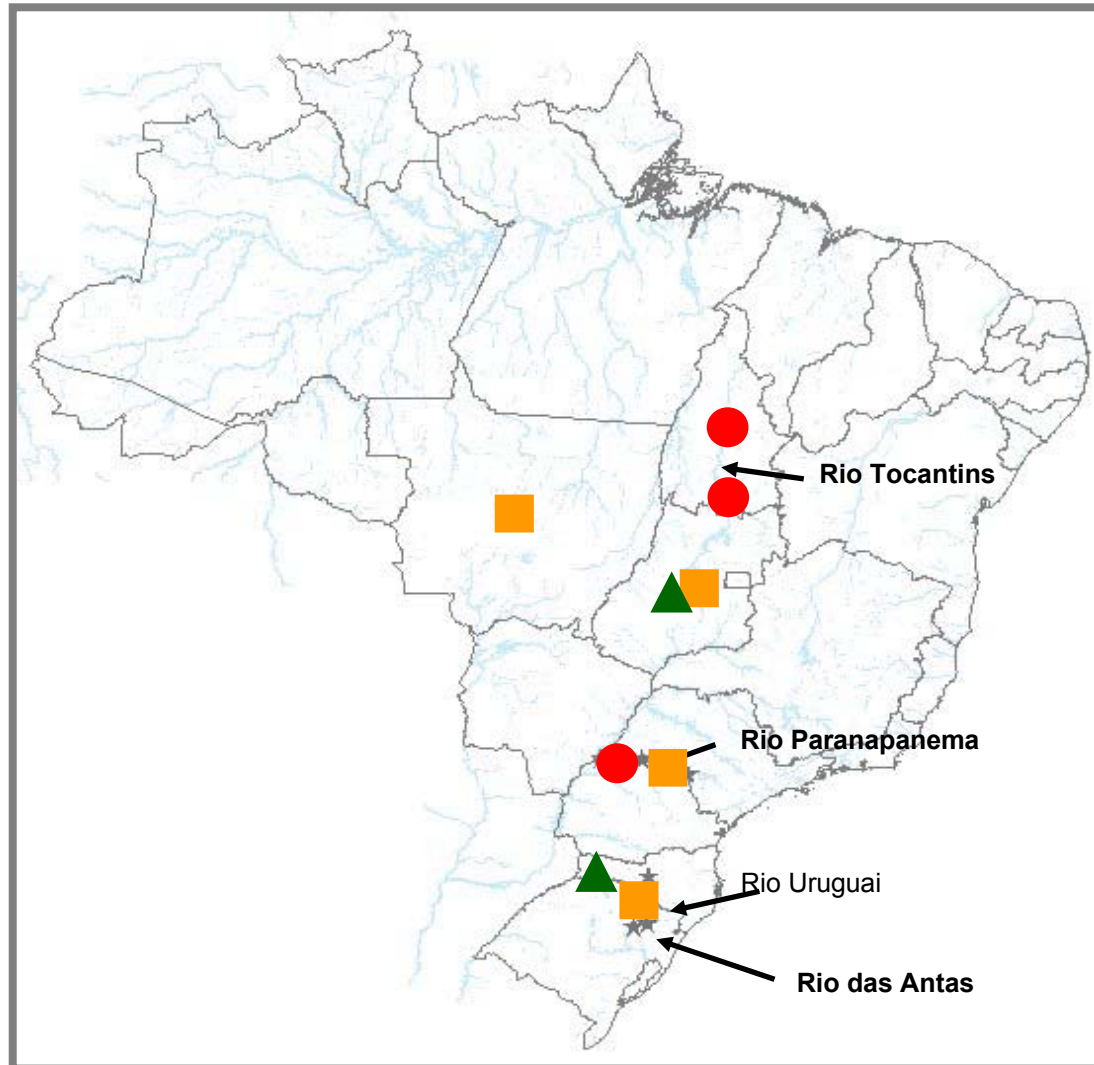


- ❑ **Os custos socioambientais que em 2005 eram de 10% atualmente representam em média 12,1% do valor do empreendimento**
  - **No caso da UHE Machadinho os custos socioambientais chegaram a 29,2%**
- ❑ **Os custos socioambientais (\*) podem dobrar durante o período de construção, principalmente com o aumento do número de famílias reassentadas (MOTTA, 2007)**
- ❑ **Apesar da compensação ambiental mínima prevista (°) ser de 0,5% do custo do empreendimento, seu valor médio tem sido de 0,7%, tendo chegado a 1,5%**

\* remanejamento de famílias, monitoramento de qualidade de água, ar, ictiofauna, implantação de unidades de conservação, estudos sobre a fauna local, resgate arqueológico, recomposição da infra-estrutura (viária, social e de lazer)

° Recurso financeiro destinado à implantação e manutenção de unidades de conservação devido ao licenciamento ambiental de empreendimentos. O montante de recursos não pode ser inferior a meio por cento dos custos para a construção da usina.

# Interferências externas contribuem para os atrasos do processo de licenciamento ambiental



■ Interferência do Ministério Público

● Uso político da implantação do empreendimento

▲ Interferências de “Movimentos Sociais”

## Conclusões e Recomendações

- ❑ Embora o armazenamento atual garanta o suprimento até 2009, há riscos relativamente elevados - risco de 22% em 2011
- ❑ A análise do risco considera que não haverá atrasos nos projetos. Se os atrasos verificados no passado se repetirem, esse risco cresce exponencialmente
- ❑ O alto nível de riscos é motivo de alerta grave mas não de alarme. Há tempo suficiente e opções de ações regulatórias / institucionais para prevenir o desabastecimento
- ❑ O fundamental é que:
  - ❑ A avaliação das condições de suprimento seja a mais realista possível, de forma a dar sinais adequados a consumidores e empreendedores do setor
  - ❑ Seja regulamentada uma eventual situação de racionamento para induzir os agentes avessos ao risco de falta de energia a tomar iniciativas mitigatórias
  - ❑ Sejam realizados os ajustes necessários para a criação de um ambiente indutor dos investimentos para expansão da oferta de energia
  - ❑ Os órgãos ambientais respeitem os prazos estabelecidos para o licenciamento ambiental das usinas
  - ❑ Sejam esgotadas todas as alternativas negociais e investigativas antes que sejam estabelecidos processos judiciais
  - ❑ Os custos ambientais devem ser definidos com a maior precisão possível antes do leilão do empreendimento.